



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ÍCARO STRAUSS VIEIRA VILHENA DOS SANTOS
201504340047

**PROJETO DE RENOVAÇÃO ARQUITETÔNICA E INSERÇÃO HABITACIONAL NO
CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM.**

Volume I

Belém-PA

2026

ÍCARO STRAUSS VIEIRA VILHENA DOS SANTOS

201504340047

Projeto de renovação arquitetônica e inserção habitacional no centro histórico de Belém.

Trabalho apresentado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito de obtenção do Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Roseane da Conceição Costa Norat

Belém-PA

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

- S237 Santos, Ícaro Strauss.
Projeto de renovação arquitetônica e inserção
habitacional no centro histórico de Belém. / Ícaro Strauss
Santos. — 2026.
90 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof^a. Dra. Roseane da Conceição Costa
Norat
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Tecnologia, Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo, Belém, 2026.
1. Projeto Habitacional. 2. Reabilitação. 3.
Renovação Arquitetônica. 4. Preservação Urbanística. I.
Título.

CDD 728.3

ÍCARO STRAUSS VIEIRA VILHENA DOS SANTOS

PROJETO DE RENOVAÇÃO ARQUITETÔNICA E INSERÇÃO HABITACIONAL
NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM.

Trabalho apresentado na Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal do Pará, como requisito de
obtenção do Título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profª Drª. Roseane da
Conceição Costa Norat

Data de aprovação: 25/02/2026

Conceito:

Banca Examinadora:

Profª Drª Roseane da Conceição Costa Norat (Orientadora, Presidente)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Pará

Profª Drª Rachel Sfair Ferreira Benzecry (Examinador Interno)
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal do Pará

Profº Dr. Alexandre Máximo Silva Loureiro (Membro Externo)
Faculdade de Conservação e Restauro - Universidade Federal do Pará

RESUMO

O estímulo ao uso habitacional em áreas históricas como instrumento de reabilitação urbana tem sido utilizado em diversas cidades no Brasil e no mundo. A cidade de Belém (Pará) detém grande contingente de estruturas arquitetônicas, tanto históricas com interesse à preservação quanto de renovação arquitetônica, no seu Centro Histórico (CHB) em precárias condições de conservação, sem uso, subutilizadas ou em condições de risco. No centro tradicional comercial do bairro da Campina o problema se agrava pela atual condição de degradação social, arquitetônica e urbanística, onde a maior parte das edificações apresenta uso comercial nos pavimentos térreos enquanto os pavimentos superiores, em boa parte, são usados como depósitos ou estão desocupados. Exemplo de edificação sem utilização em pleno CHB classificada como de renovação arquitetônica, a qual não se apresenta em harmonia com o entorno histórico, é a localizada na esquina da Rua Conselheiro João Alfredo e Trav. Frutuoso Guimarães, no antigo Largo das Mercês. Assim, o objetivo deste trabalho é de elaborar um projeto para esta edificação que se integre harmonicamente ao CHB tendo por uso a inserção habitacional que considere o mercado popular e/ou de interesse social como instrumento de reabilitação urbana e arquitetônica. Para tanto a abordagem metodológica do trabalho envolverá as etapas de pesquisas teóricas e históricas, interpretação da edificação, seu contexto com o entorno e análise de leis incidentes, elaboração do projeto arquitetônico da intervenção. Com esta proposta pretende-se ainda subsidiar futuros estudos sobre a inserção de moradias no CHB e mostrar novas alternativas para ações que viabilizem a inserção de outros projetos em prédios que permitem maior flexibilização por serem estruturas de renovação arquitetônica.

Palavras-chave: Projeto Habitacional; Reabilitação; Renovação Arquitetônica; Preservação Urbanística.

ABSTRACT

Encouraging residential use in historic areas as an instrument of urban rehabilitation has been adopted in several cities in Brazil and worldwide. The city of Belém, in the state of Pará, holds a significant stock of buildings in its Historic Center of Belém (HCB), including both heritage-listed structures and buildings classified as architectural renewal, many of which are in poor conservation conditions, unused, underused, or at risk. In the traditionally commercial center of the Campina neighborhood, this issue is further aggravated by ongoing processes of social, architectural, and urban degradation, where most buildings are occupied by commercial uses on the ground floors, while upper floors are largely used as storage spaces or remain vacant. An illustrative case is an unused building located at the corner of Conselheiro João Alfredo Street and Frutuoso Guimarães Lane, in the former Largo das Mercês, classified as architectural renewal and lacking harmony with the surrounding historic context. In this regard, the objective of this study is to develop an architectural design proposal for this building that integrates harmoniously into the HCB through the introduction of residential use aimed at the popular housing market and/or social interest housing, as a strategy for urban and architectural rehabilitation. The methodological approach includes theoretical and historical research, analysis of the building and its relationship with the surrounding context, examination of the applicable legislation, and the development of the architectural intervention project. This proposal also seeks to support future studies on the insertion of housing in the HCB and to present alternative approaches that enable interventions in buildings classified as architectural renewal, which allow greater design flexibility.

Keywords: Housing Project; Urban Rehabilitation; Architectural Renewal; Urban Preservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1: Delimitação do Centro Histórico de Belém presente na Lei do Patrimônio de 1994	26
Figura 2: Nova setorização presente no Plano Municipal de Belém de 2008.	28
Figura 3: ANEXO IX - MODELOS URBANÍSTICOS DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM E DA SUA ÁREA DE ENTORNO, ANEXO III da Lei Municipal nº 7.709, de 18 de maio de 1994 (Lei do Centro Histórico).	30
Figura 4: Anexo IV B - quadro de modelos do Centro Histórico de Belém e sua área de entorno.	30
Figura 5: Estudo sobre os primeiros anos do assentamento do que viria a ser Belém. .	32
Figura 6 Localização do edifício (em vermelho) e seu entorno.	37
Figura 7 Vista do edifício a partir das esquinas da Tv. Frutuoso Guimarães e Rua Conselheiro João Alfredo.	38
Figura 8 Exemplo da ocupação comercial no térreo da edificação.	38
Figura 9 Exemplo do estado da edificação. Sem vidros em várias janelas e com a presença de paredes em alvenaria para impedir a entrada de chuva em algumas aberturas.	39
Figura 10: Elevação da rua João Alfredo, entre Tv. Campos Sales e Tv. Frutuoso Guimarães.	39
Figura 11: Elevação observável a partir da Travessa Frutuoso Guimarães.	40
Figura 12: Elevação observável a partir da lateral sem vias da Praça.	41
Figura 13: Elevação observável a partir da Rua Conselheiro João Alfredo.	42
Figura 14: Elevação observável a partir da Rua Gaspar Viana.	42
Figura 15 : Fluxograma de projeto de edificação de uso misto, comercial e habitacional.	44
Figura 16: Volumetria base	46
Figura 17: Volumetria com espaço para jardim aberto.	46
Figura 18: Layout do pavimento térreo.	47
Figura 19: Layout dos pavimentos tipo.	49
Figura 20: Elevação a partir da Travessa Frutuoso Guimarães.	51

Figura 21: Elevação a partir da rua Conselheiro João Alfredo.	52
Figura 22: Vista a partir da esquina.....	52
Figura 23: Vista a partir da Travessa Frutuoso Guimarães.....	53
Figura 24: Vista a partir da rua Conselheiro João Alfredo.....	53
Figura 25: Renderização do jardim.	54
Figura 26 Tinta na cor Azul Céu, Coral	54
Figura 27 Tinta na cor Hortência Verde, Coral	54
Figura 28 Tinta na cor Trigo Dourado, Coral	55
Figura 29 Tinta na cor Névoa, Coral	55
Figura 30 Tinta na cor Branco Cru, Coral.....	55
Figura 31 Esquadria em PVC cinza escuro.....	56
Figura 32 Design escolhido para a chapa metálica.....	56
Figura 33: Banco de Jardim Rendadão 15 réguas madeira maciça.....	57
Figura 34: Cacão São Tomé.	57
Figura 35: Porcelanato esmaltado Portland HD Off White, Portinari, para as salas, cozinhas e áreas de serviço.	58
Figura 36 Porcelanato Esmaltado Bianco Nat, Portinari, para os banheiros e lavabos..	58
Figura 37 Porcelanato Esmaltado Downtown Sgr Hard, para varanda e sacadas.	59
Figura 38 Porcelanato Esmaltado York Sgr Bold, Portinari para os quartos.	59
Figura 39 Manta Vinílica Tarkett Linha Decode, Medium Gray, para as áreas de circulação, salões comerciais e o Hall de entrada do edifício.	60
Figura 40 Tinta na cor Branco Cru, Coral, para todas as áreas internas sem revestimentos, como salas, quartos, varandas, etc.....	60
Figura 41 Porcelanato Esmaltado Bianco Nat, Portinari, para banheiros e lavabos	61
Figura 42 Porcelanato Esmaltado Loft Wh Bold, Portinari, para as cozinhas e áreas de serviço.	61
Figura 43: Silestone Miami Vena.....	61
Figura 44: Painel LED Lux de Sobrepor, nas versões 3000K, 4000K e 6000K, Taschibra.....	62
Figura 45: Luminária Led de Sobrepor Valencia Branco, 4000k, Tualux.	62

Figura 46: Painel Led Lys de Embutir, 4000k, Taschibra.	63
Figura 47: Poste Para Jardim PE2102, Felluz.....	64
Figura 48: Poste Para Jardim PE2760, Felluz.....	65
Figura 49: Luminária De Espeto Focco, Stella.	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Programa de necessidades.....	43
---	----

LISTA DE SIGLAS

CHB	Centro Histórico de Belém
HMP	Habitação de Mercado Popular (HMP)
HIS	Habitação de Interesse Social (HIS)
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	REVISÃO TEÓRICA	18
	2.1. Reabilitação de áreas históricas com foco em moradia	18
	2.2. Inserção de novas estruturas em áreas históricas	22
	2. 3 Condicionantes Legais.....	25
3.	ABORDAGEM METODOLÓGICA	31
	3.1 Pesquisa teórica e histórica	31
	3.2. Leitura e conhecimento do objeto e de seu contexto urbanístico e normas legais e urbanísticas	31
	3.3 Elaboração do Projeto Arquitetônico.....	31
4.	LEITURA E INTERPRETAÇÃO DO OBJETO E SEU ENTORNO	32
	4.1- Evolução urbana de Belém e na área	32
	4.2 Localização e contextualização da edificação	36
5.	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	43
	5.1. Programa de Necessidades	43
	5.2. Fluxograma	44
	5.2. Memorial Justificativo do Projeto.....	45
	5.3. Memorial Descritivo e Especificações Técnicas do Projeto	54
	5.4. Pranchas Técnicas de Projeto	66
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
7.	REFERÊNCIAS.....	68

1. INTRODUÇÃO

Resquícios de políticas públicas que incentivaram a ocupação e implantação de grandes projetos habitacionais em áreas periféricas distantes das áreas centrais nas grandes cidades, muitas cidades tiveram seus centros urbanos, em muitos casos coincidentemente seus centros históricos, esvaziados gradativamente a partir da década de 1980, gerando como consequência usos restritos a horários comerciais e o aumento de vazios urbanos e de subutilização de estruturas edificadas (Ministério das Cidades, 2008).

Tal situação refletiu-se também no Centro Histórico de Belém, doravante CHB, assim, como em outras cidades brasileiras. Belém também apresentou crescimento no déficit habitacional que em 2010 chegava 55,6 mil domicílios não ocupados, chegando em 2015 com esse número aumentando para 67.352 mil domicílios (FJP, 2015). No ano de 2019 esse número aumenta para 79,490 mil domicílios (FJP, 2021).

Este quadro se mostra preocupante, já que terrenos vazios e ociosos em centros urbanos demonstram uma subutilização de toda uma gama de serviços e equipamentos, de uma relativa acessibilidade, de uma variada oferta de empregos, comércio e cultura.

Formas de se promover uma renovação dessas áreas centrais em processo de degradação ou esvaziamento já são difundidas na política nacional, por meio de manuais divulgados pelo antigo Ministério das Cidades, hoje Ministério do Desenvolvimento Nacional, e envolvendo diversos agentes públicos, associações, empresas e participação popular. Entre as várias medidas para incentivar um retorno ao centro, promovendo consigo inclusão, acessibilidade, diversidade, uma delas é o incentivo de reabilitação de imóveis vazios ou subutilizados afim de promover novas moradias para as camadas populares.

Diante deste cenário, o presente trabalho tem por premissa a aplicação da ideia de recuperação do centro por meio de moradias, especificamente daquelas destinadas para Habitação de Mercado Popular (HMP) e/ou Habitação de Interesse Social (HIS), as quais podem ser aplicadas ao contexto da cidade de Belém, Pará.

A inserção de habitação é uma estratégia que traria benefícios para as áreas do centro histórico bem como para a população em geral da cidade. A promoção do uso residencial das áreas centrais visa, sobretudo, possibilitar que essas áreas, assim como outros bairros da cidade, tenham um uso 24 horas o que tem reflexos diretos em outros aspectos de segurança e dinâmicas socioeconômicas e culturais.

É comum existirem centros urbanos que se tornam vazios durante o período noturno e nos finais de semana. Ou seja, o uso quase que exclusivo para atividades comerciais e de serviços faz com que essas áreas só sejam usadas no horário comercial, ficando subutilizadas nos outros períodos, gerando a ideia de que o centro é um lugar vazio. O uso residencial imprime ao centro a qualidade de bairro, como no restante da cidade, mesmo com a necessidade de estar aliado com uma diversidade de outros usos (Ministério das Cidades, 2008)

É possível afirmar que a questão da habitação no Brasil atualmente passa por um processo que apresenta duas vertentes. A primeira é que se nota em grandes cidades brasileiras um aumento de projetos voltados para as classes de baixa e média renda cada vez mais afastados das áreas centrais dos aglomerados urbanos, se assentando em áreas periféricas muitas vezes com infraestrutura de menor qualidade e com dificuldades de integração com o resto da malha urbana já estabelecida.

Por outro lado, nos centros das cidades há um crescente esvaimento de habitações, em decorrência da falta de estímulo do mercado imobiliário ou de políticas públicas consistentes ao passo que surgem novos projetos no espaço histórico que visam atingir uma parcela da população de mais alta renda, desmerecendo as dinâmicas populares historicamente estabelecidas do local, tal como ocorreram em países do Norte (Ministério das Cidades, 2008).

Contrariando este contexto, começam a surgir ações que visam uma retomada dos grandes centros urbanos por uma perspectiva social e cultural mais ampla. Dentre as preocupações estão: preservação dos aspectos culturais e históricos destes espaços, a manutenção das dinâmicas sociais existentes, a retomada de espaços vazios que se encontram ociosos, uma recuperação econômica que esteja de acordo com o comércio

característico dos espaços, o aproveitamento da grande gama de serviços presentes nestes centros.

Dentre as variadas estratégias que buscam a retomada de centros históricos, uma delas é a requalificação de edifícios vazios ou deteriorados para habitação social, dos quais se encontram em certa quantidade. Segundo Bonduki (2010) a implantação de HIS nas áreas centrais implicam em benefícios como: valorização da paisagem urbana e da infraestrutura urbana existente; preservação do patrimônio cultural; propagação da memória cultural e do conhecimento social; desenvolvimento das funções sociais da cidade; manutenção da continuidade do tecido urbano e da diversidade de usos; e redução de deslocamentos excessivos de pessoas.

No contexto da cidade de Belém, podemos observar que existem diversos projetos de cunho habitacional que se alocam em áreas cada vez mais afastadas das áreas centrais da cidade, especialmente nos empreendimentos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, como também pelo enfoque dado recentemente pelo mercado imobiliário belenense a regiões que vem crescendo na Região Metropolitana de Belém, como é o caso das áreas acessadas pelas Av. Augusto Montenegro e áreas do município de Ananindeua e de Marituba, ao longo da BR-316. Já no centro da cidade crescem os números de edificações vazias ou subutilizadas, com pelo menos 200 locais nessas características criando vazios urbanos, riscos de sinistros, subaproveitamento do espaço urbano e dos diversos serviços ofertados.

Observando este quadro é de suma importância fomentar no contexto belenense uma retomada do centro histórico da cidade com vistas para um crescimento urbanisticamente sustentável, utilizando as ideias da implantação de habitação como estratégia de reabilitação urbana, dentre as quais a moradia para o público do mercado popular e para a baixa renda.

O CHB é uma área de preservação que engloba os bairros da Cidade Velha e da Campina. É historicamente a área inicial da colonização dos portugueses no local onde se estabeleceu a cidade de Belém (Pará).

Assim esse trabalho buscou um lote com uma edificação de renovação passível de alterações, porém que, a partir de uma nova proposta projetual, respeite e melhor se adeque à área em que está inserida dentro do CHB à qual será alvo de um projeto de adequação com inserção de habitação de moradia popular. Para tanto foi escolhido o edifício localizado na Rua Conselheiro João Alfredo esquina da Travessa Frutuoso Guimarães, em frente à Praça Visconde do Rio Branco, conhecida também como Praça das Mercês devido sua localização no largo em frente à Igreja e Convento de Nossa Senhora das Mercês.

A abordagem metodológica do trabalho envolverá as etapas de pesquisas teóricas e históricas, interpretação da edificação, seu contexto com o entorno e análise de leis incidentes, elaboração do projeto arquitetônico da intervenção.

O objetivo do trabalho então é caracterizado como o desenvolvimento de um projeto de habitação para o mercado popular e de interesse social na área do Centro Histórico de Belém, utilizando um edifício subutilizado e descaracterizado cuja relação com o contexto histórico é incompatível com as estruturas pretéritas, havendo também a intenção de criar uma proposta contemporânea e em harmonia com as estruturas de interesse à preservação.

Com esta proposta pretende-se ainda subsidiar futuros estudos sobre a inserção de moradias no CHB e mostrar novas alternativas para ações que viabilizem a inserção de outros projetos em prédios que permitem maior flexibilização por serem estruturas de renovação arquitetônica.

Assim que esse trabalho buscou um lote com uma edificação de renovação passível de alterações, porém que, a partir de uma nova proposta projetual, respeite e melhor se adeque à área em que está inserida dentro do CHB à qual será alvo de um projeto de adequação com inserção de habitação de moradia popular. Para tanto foi escolhido o edifício localizado na Rua Conselheiro João Alfredo esquina da Travessa Frutuoso Guimarães, em frente à Praça Visconde do Rio Branco, conhecida também como Praça das Mercês devido sua localização no largo em frente à Igreja e Convento de Nossa Senhora das Mercês.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1. Reabilitação de áreas históricas com foco em moradia

Com a natural evolução e mudança que ocorre no meio urbano das cidades, é possível observar tentativas e ações no sentido de recuperar centros históricos e centrais em contraponto à expansão periférica que desconsidere os contingentes construídos nesses centros. Tais ações remontam inicialmente às reconstruções que importantes países sofreram em decorrência das guerras do século XX.

De acordo com Vargas e Castilho (2006), a literatura sobre o tema divide os períodos sobre as intervenções de centros urbanos em três períodos principais: a Renovação Urbana, entre as décadas 1950 e 1960; a Preservação Urbana, entre 1970 e 1980; e a da Reinvenção Urbana, desde 1990 até os dias atuais.

No contexto europeu da Renovação Urbana, as intervenções voltam-se para problemas de congestionamento e reconstrução do pós-guerra. As discussões debatiam a recuperação dos espaços públicos, se relacionando com as pautas modernistas dos congressos do Ciam.

Nas cidades norte americanas optou-se pela demolição e reconstrução de grandes áreas, não tendo interesse de preservar edifícios. O principal objetivo da renovação seria eliminar grandes congestionamentos em áreas centrais, criando grandes espaços para vias amplas, estacionamentos e instituições culturais. De acordo com Vargas e Castilho, implementar isto “significaria derrubar muito do que lá havia e desalojar milhares de pessoas”.

Críticas feitas a esse período se focaram principalmente na dinâmica urbana. Novos edifícios eram isolados, monofuncionais e não forneciam estímulos para a manutenção da vitalidade urbana. Ocorre também uma expulsão da população de baixa renda das áreas centrais juntamente a um processo de gentrificação nas áreas renovadas.

Projetos no período da Preservação Urbana, de 1970 a 1990 passaram a incluir a preservação de edifícios históricos em suas intervenções de áreas centrais, abrangendo

também práticas tradicionais de comércio e serviços existentes, mesmo que com uma visão simbólica, de status e distinção. De modo geral o período passou a valorizar a memória, a incentivar a defesa do patrimônio e propagar que centros seriam elementos essenciais da vida urbana

Projetos desenvolvidos no período tomaram aspectos de empreendimentos com parcerias público-privadas, procurando apelo popular para legitimar suas implementações, respondendo assim as críticas estabelecidas no período anterior.

Foram incentivados grandes locais comerciais dotados de característica diferenciadas para promover sensações de autenticidade, dando ênfase à mistura de usos urbanos, incorporando comerciantes locais em seus espaços construídos.

A intervenção agora baseava-se em um apreço pela cultura, numa associação de museus, teatros, cinemas, lugares de compras etc. Os empreendimentos possuíam um claro interesse em criar uma experiência diferenciada e exótica para enaltecer o consumo proposto em seus espaços.

A privatização de espaços públicos é criticada pois transfere as responsabilidades administrativas do setor público para o setor privado. As atividades de comércio e varejo que são tidas como uma das principais estratégias de recuperação de áreas centrais, são criticadas pelo cenário artificial que trazem para o contexto urbano, pela paradoxal forma como utilizam o conceito de preservação para criar um cenário fora de seus contextos históricos, criando um espetáculo que atrai visitantes para a atividade comercial, podendo assim induzir a um processo de exclusão social.

Na época da Reinvenção Urbana a ideia de território se transforma com a chegada de novas tecnologias pela influência da informática. A cidade se torna um lugar de fluxos, de movimento.

Segundo Vargas e Castilho (2006), um dos principais objetivos deste período foi criar ou recuperar a base econômica das cidades para gerar renda e emprego, unindo setores públicos, privados e principalmente empreendedores imobiliários.

Poucas foram as mudanças de estratégias comparadas ao período anterior, podendo citar a mudança de escala na dimensão dos projetos, o foco da intervenção, a mudança na forma de gestão e o maior alcance da propaganda, trazendo um número maior de grupos se envolvendo nesses empreendimentos. Neste ponto a cidade passa a ser definitivamente pensada como um empreendimento, através do planejamento estratégico com a utilização do *city marketing*.

Os projetos urbanísticos tomaram grande visibilidade pela escala global obtida, aumentando em número, e não mais se restringindo a localização aos centros históricos. Estes apresentam agora grandes proporções, e são tidos como catalizadores do processo de recuperação urbana, representando produtos imobiliários de última geração.

Nota-se então que o contexto mundial se passou a focar em décadas recentes numa revitalização de centros tendo em vista grandes projetos, agregadores de um volume considerável de capital, focados em um viés turístico e com um discurso de recuperação cultural, mas este feito de forma grandiosa, vendida como luxo e um diferencial característico da cidade. Pouco se fez na questão da moradia como um aliado na forma de reabilitação dessas áreas.

No contexto brasileiro, segundo Bonduki (2010) ações de preocupação com o patrimônio e a revitalização de áreas históricas surgem desde os anos 1930, mas com ações voltadas principalmente para uma preservação do “monumento” e não a conservação do contexto urbano. Bonduki assinala equívocos nessa fase inicial como uma descontextualização urbana dos monumentos e uma preferência para edificações luso-brasileiras, ignorando outras existentes.

Esse panorama se manteve até o início da década de 1970, quando surgiram novas ideias para encarar o conceito de cidade e preservação. Ideias como a “cidade documento” que valorizava as relações de patrimônio, contexto urbano antropologia e manifestações populares. Ou então a ideia de que patrimônio possuía valor econômico, com o turismo sendo o meio para sustentabilidade dos bens.

Dessas ideias surgiram dois programas salientados como importantíssimos por Bonduki. O Programa das cidades históricas (PHC) e o Centro Nacional de Referência Cultural, que agiram nos campos de preservação e de cultura nacional. Eles se mantiveram ativos até a chegada do governo Collor em 1990, quando foram extintos com o desmonte do setor cultural.

A área do patrimônio consegue se recuperar e a partir de 1995 começa a ser formulada a criação do Programa Monumenta, pelo Ministério da Cultura, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com apoio da UNESCO. O programa teve por objetivo a recuperação de imóveis integrantes dos sítios históricos tombados pelo IPHAN, bem como incentivar ações de fortalecimento institucional. O programa teve início efetivo em 1999 e agiu até 2010 em vários projetos de recuperação de centros históricos.

Em 2003 é criado o Ministério das Cidades, o que promoveu um relativo aumento de ações de reabilitação de áreas históricas em várias cidades do país. O Ministério foi criado com o intuito de estruturar nacionalmente políticas de habitação, saneamento, mobilidade e planejamento territorial urbano, se utilizando de políticas de gestão do solo baseadas na constituição de 1989 e no estatuto da cidade. Teve como um dos objetivos principais reverter o quadro de exclusão sócio territorial que caracterizou o processo de urbanização brasileiro (Ministério das Cidades, 2008)

A par de problemas comuns para uma grande parcela de centros urbanos como o esvaziamento populacional, a subutilização de infraestrutura, a perda da dinâmica urbana, a expulsão de populações de baixa renda para a criação de novas intervenções públicas e privadas que promovem gentrificação dos espaços, o ministério criou o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, cujo objetivo foi estabelecido como:

garantir o uso e ocupação democrática e sustentável dos centros urbanos, assim como a preservação do patrimônio cultural e ambiental. Ele deve também estimular a diversidade funcional, recuperar atividades econômicas e buscar a

complementariedade entre os diferentes usos” (Ministério das Cidades, 2008, p. 13)

Seu entendimento acerca de áreas urbanas centrais era definido como:

um bairro ou um conjunto de bairros consolidados, articulados ou não em torno do núcleo original da cidade, com forte poder de concentração de atividades e pessoas, dotado de infraestrutura urbana, acervo edificado serviços e equipamentos públicos, serviços de vizinhança e oportunidades de trabalho. (Ministério das Cidades, 2008, p. 24)

Uma versão do programa se manteve atualmente, depois da extinção do ministério em 2019 e sua recriação em 2023. O Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades) atua financiando intervenções estruturantes, a partir da qualificação do espaço público; da democratização do acesso aos equipamentos e mobiliários urbanos; do estímulo à utilização de imóveis vazios e ociosos prioritariamente para habitação de interesse social; e do uso de tecnologias para cidades inteligentes, revertendo o processo de esvaziamento e degradação urbana, além de promover a ampliação da oferta de habitações bem localizadas (Brasil, 2026).

Já para uma continuação das ações do projeto Monumenta existe o programa Pac Cidades Históricas, uma linha de investimento criada em 2013, com autorização do Ministério do Planejamento, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), direcionada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan (Brasil, 2024)

2.2. Inserção de novas estruturas em áreas históricas

Ao longo das décadas, vários autores ocuparam-se com a temática da preservação e da ação de intervenção de áreas patrimoniais e históricas. Dentre os mais significativos temos Viollet-le-Duc, John Ruskin, Camillo Boito, Camillo Sitte, Alois Riegl, dentre outros. Destacamos alguns autores mais recentes, que coincidiram tematicamente com as recentes políticas de revitalização de centros urbanos históricos, desde os anos 1960.

Cabe mencionar aqui primeiramente a figura de Alois Rigel (1858 – 1905), historiador de arte vienense. Com sua obra “O Culto Moderno ao Monumento” este aborda por um viés crítico a noção de monumento histórico, colocando em pauta os sentidos atribuídos pela sociedade ao monumento histórico, permitindo assim fundar uma prática, com base na dupla atitude histórica e interpretativa (Choey, 2000). Seu pensamento se estrutura então na acepção de dois valores que agem sobre o monumento. O primeiro é o valor de rememoração, que está ligado ao passado e se faz intervir na memória. O segundo é o valor de contemporaneidade, que pertence ao presente.

Esses valores possuem sentidos amplos e por isso são subdivididos em valores menores. Dos valores de rememoração surgem valores históricos e de antiguidade. Já na contemporaneidade, desenvolvem-se os valores de arte e valores de utilização.

A contribuição do pensamento de Rigel se apresenta na identificação dos diferentes tipos de valor que agem sobre monumentos, decorrentes das distintas formas de percepção e recepção dos monumentos históricos derivando da função, do estado do monumento e do seu contexto histórico. Para Choey (2000), Rigel, ao avaliar o peso semântico do monumento, ele o torna num problema social e uma chave para a interrogação do futuro das sociedades modernas, assim inserindo a restauração no debate sobre a cultura.

No período anterior a segunda guerra mundial, surge a figura de Gustavo Giovannoni (1873-1947), representante do Restauro Científico. Em seu pensamento olhava para áreas urbanas com interesse à preservação, propondo estudos minuciosos da rua e do edifício. Sua teoria englobava também a questão da cidade atual, não somente áreas históricas. Giovannoni conseguiu integrar valores funcionais a tecidos urbanos antigos, integrando-os a um contexto de planejamento territorial. Este acreditava que tecidos urbanos antigos poderiam não só adequarem-se as necessidades atuais como também influenciarem a criação de novas configurações urbanas. Segundo Choay (2000) suas contribuições demonstram a importância de áreas históricas serem incluídas

no planejamento urbano, antecipando as políticas que seriam implantadas na Europa nos anos 1960.

A figura de Cesare Brandi (1906-1988) surge no contexto do pós-guerra, sendo considerado um dos principais teóricos do século XX. Para este o restauro deve ser entendido como uma análise histórico-crítica, partindo de um entendimento profundo da obra e sua passagem pelo tempo. Seu conceito de restauro está ligado ao momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e no seu duplo aspecto estético e histórico. Neste sentido preza pelo estético, mas sem relegar o valor histórico intrínseco a todo monumento.

Em seus conceitos, dois axiomas prevalecem: “restaura-se somente a matéria da obra de arte”, referindo-se sobre os limites da intervenção restauradora; “A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo”, criticando ações de falsificação artística e indicando ainda a necessidade do caráter de reversibilidade da intervenção no objeto.

Para Brandi, ao se restaurar obras que também possuem caráter funcional, a exemplo da arquitetura, a prioridade é a recomposição da obra de arte como obra de arte, sendo o aspecto funcional ponto secundário frente ao aspecto estético.

Dos autores pós-brandianos, destacam-se Antoni Gonzáles Moreno-Navarro e Salvador Muñoz Viñas, com um notável ampliamiento de dimensão em suas preocupações acerca das ações de restauro e conservação.

Moreno-Navarro, representa a corrente do Restauro Objetivo, e tem como pensamento a ação de agentes coletivos como fundamental para a proteção e conservação do patrimônio. O restauro deve assim ser pensado na coletividade, na relação do edifício com seu entorno social, sendo importante etapa do processo uma pesquisa sociológica, levando em conta a gama de relações presentes no contexto espacial.

Outro recente nome na Teoria Contemporânea da Restauração, Salvador Muñoz Viñas, destaca que é necessário abordar o aspecto cultural do monumento como o

principal parâmetro para o entendimento das possíveis intervenções. A ação do restauro deveria adequar-se às demandas sociais e abranger o maior número das reais necessidades de representatividade da sociedade.

Neste sentido a restauração deveria basear-se em princípios éticos, estabelecidos como: uma ética funcional, buscando as funções simbólicas do objeto; uma ética sincrética, que compreende o objeto a partir de suas diversas facetas; uma ética sustentável, que satisfaça as necessidades das pessoas que dele usufruirão; uma ética circunstancial, que leve em consideração, aspectos simbólicos, temporais, estéticos ou funcionais.

2. 3 Condicionantes Legais

A delimitação atual do CHB decorre da Lei nº 7.709 de 18 de maio de 1994, chamada também de Lei do Patrimônio (Figura 1). Esta lei a primeira a estabelecer deveres e normas exclusivamente para o Centro Histórico, como as zonas de uso, e seus parâmetros urbanísticos. E aqui que temos a primeira delimitação da poligonal do CHB e seu entorno. Este compreende então:

...área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Avenida Marechal Hermes com a Avenida Assis de Vasconcelos; segue por esta até sua interseção com a Rua Gama Abreu; segue por esta até sua interseção com a Avenida Almirante Tamandaré; (...), nas margens da Baía do Guajará; dobra à direita e segue, continuando às margens da Baía do Guajará até o ponto de coordenadas 778. 940mE e 9.841mN, localizados na foz de um igarapé sem denominação; sobe por este até sua interseção com o prolongamento da Avenida Marechal Hermes; dobra à direita e segue por esta até o início da poligonal (Belém, 1994).

Figura 1: Delimitação do Centro Histórico de Belém presente na Lei do Patrimônio de 1994



Fonte: Belém, 1994

Esta lei também define os parâmetros de intervenções nas áreas do centro histórico e entorno, como as zonas de uso e os parâmetros urbanísticos aplicáveis a elas:

I - Preservação arquitetônica integral: intervenção destinada à preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas do imóvel em questão;

II - Preservação arquitetônica parcial: intervenção destinada à conservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas do imóvel em questão;

III - Reconstituição arquitetônica: intervenção destinada à recuperação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas que anteriormente compunham a fachada e cobertura na época da construção do imóvel em questão.

IV - Acompanhamento: intervenção destinada à conservação da fachada externa e da cobertura do imóvel que embora não tenha características arquitetônicas de interesse à preservação não interfere substancialmente na paisagem devendo manter-se a harmonia volumétrica.

V - Renovação: intervenção destinada à construção de nova edificação e ou substituição de uma edificação que não tem interesse à preservação.

Cabe aqui comentar sobre a influência que a Lei Complementar nº 02, de 19 de julho de 1999 (ou Lei Complementar de Controle Urbanístico – LCCU) teve na articulação do centro histórico.

A abordagem desta lei é estabelecida com o objetivo de influenciar um aumento da eficiência produtiva e a promoção da expansão física da cidade, o que levaria a uma descentralização das atividades do núcleo urbano central, possibilitando o desenvolvimento de novos centros e subcentros. Esta também se preocupa com aspectos do patrimônio paisagístico da cidade, o que orientou um enfoque grande para as margens da cidade, os rios e a baía do Guajará. Nessa perspectiva a imagem do centro passa a voltar-se para as águas, tal qual a tendência internacional de valorizar o *waterfront*.

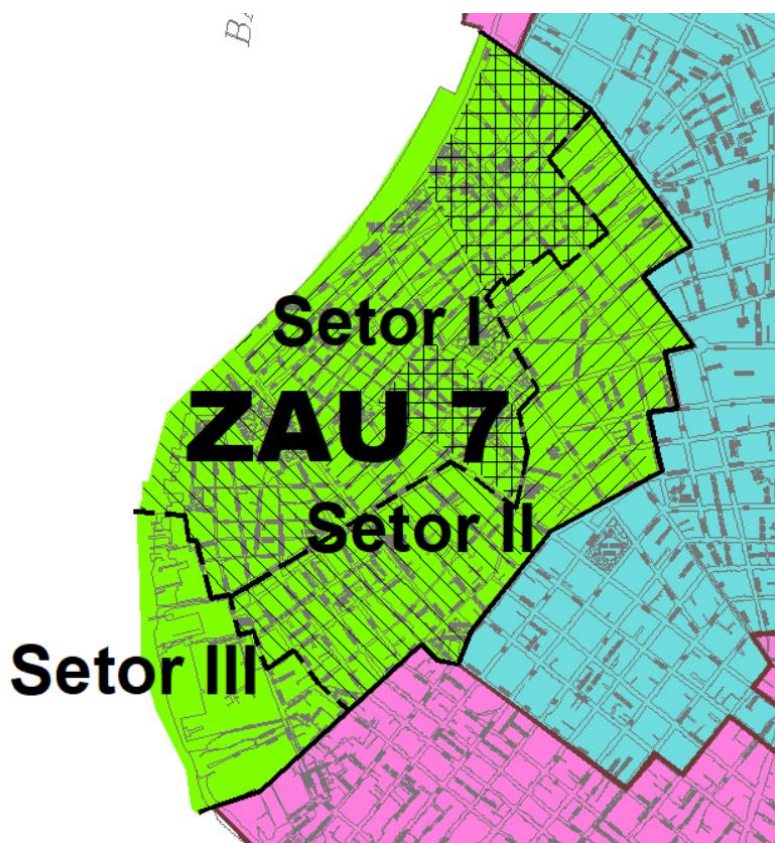
Em 2008, o Plano Diretor do Município de Belém passou a ser regido pela Lei nº 8.655, de 30 de julho. Este reforça as questões já tratadas na Lei do Patrimônio e define um novo zoneamento no interior da CHB.

De acordo com esse zoneamento, a área está inserida na Zona de Ambiente Urbano (ZAU) 7, Setor 1 caracterizando-se por “atributos históricos, paisagísticos e culturais, por desempenhar tradicionalmente as funções de centro comercial, administrativo, de serviços e portuário, com atendimento a todo o Município” (BELÉM, 2008).

Os objetivos da ZAU 7, Setor 1 são: requalificar, preservar e conservar o núcleo histórico; requalificar as edificações degradadas; estimular o uso habitacional; promover a melhoria da infraestrutura; e potencializar as atividades de turismo e negócios afins. As diretrizes são: reabilitar o núcleo histórico; promover programas habitacionais; estabelecer o equilíbrio entre o direito de veiculação da informação e divulgação e o direito público de proteção aos impactos de poluição visual e sonora na paisagem urbana; reabilitar os espaços públicos destinados às atividades de cultura, lazer e de turismo; e melhorar a infraestrutura urbana (BELÉM, 2008).

A área passa por uma nova setorização, dividindo o núcleo histórico original (Setor I), a área de transição do núcleo histórico com outras regiões (Setor II) e a orla com características portuárias (Setor III) (Figura 2).

Figura 2: Nova setorização presente no Plano Municipal de Belém de 2008.



Fonte: Belém, 2008.

Como o projeto elaborado por este presente trabalho se caracteriza como uma edificação multifamiliar, este se enquadra, segundo o “**ANEXO IX - MODELOS URBANÍSTICOS DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM E DA SUA ÁREA DE ENTORNO**” do plano diretor, no modelo M9A. Segundo a tabela do **ANEXO IV – B – MODELOS URBANISTICOS E DO CENTRO HISTÓRICO DE BELEM E SUA AREA DE ENTORNO** o modelo M9A tem os seguintes parâmetros:

- a) Área do lote mínima: 250 m²
- b) Testada mínima do lote: 12 m
- c) Relação entre lotes: 4
- d) Afastamentos mínimos:
 - Frontal: 5 m
 - Lateral: 1,5 m
 - Fundo: 2 m
- e) Índices de:
 - Ocupação p/ secção transversal máxima: 0,75
 - Ocupação máxima: 0,50
 - Permeabilização mínima: 0,20
 - Aproveitamento máximo: 2,50
- f) Gabarito máximo: 10 m
- g) Vaga de garagem: 37 > 300m² de área edificada p/ unidade habitacional

Para a área em questão ainda é permitida, segundo o anexo IV, a ocupação de 40% da área de projeção em pilotis e ainda compor a edificação com comércio e serviço até a altura de 5,0 m no caso do modelo M9A.

O coeficiente de aproveitamento para a ZAU 7 é de 0,15.

Figura 3: ANEXO IX - MODELOS URBANÍSTICOS DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM E DA SUA ÁREA DE ENTORNO, ANEXO III da Lei Municipal nº 7.709, de 18 de maio de 1994 (Lei do Centro Histórico).

ZAU 7							
USOS		SETOR I			SETOR II		SETOR III
		A	B	C	A	B	
HABITAÇÃO	UNIFAMILIAR	M6A M7	M5A M8A	M7	M1A M2A M3A M5B	M1B M2B M3B M5C	M4A M6B
	MULTIFAMILIAR	M8A M9A	M9A	M8A M9A	M10 M12	M9B M11A M15A M16A	M8A
COMÉRCIO	VAREJISTA	M18	M19 M20A	M18	M23 M25	M22A M24A M26A M27A	M17A M21A
	ATACADISTA E DEPOSITO	—	—	—	—	—	M21A M28A
SERVIÇO	"A"	M17A M18	M19 M20A	M18	M23 M25	M22A M24A M26A M27A	M17A M21A
	"B"	M29	M30 M32A	M29	M31A M33A M34A M36A	M31B M33B M34B M36B	M28A
INDÚSTRIA		M37	M38 M38A	M37	M39A M40A	M39B M40B	—

Fonte: PLANO DIRETOR DE BELÉM, 2008.

Figura 4: Anexo IV B - quadro de modelos do Centro Histórico de Belém e sua área de entorno.

INDICADOR	ÁREA DO LOTE (1)	TESTADA DO LOTE (2)	RELAÇÃO ENTRE LOTE (3) MAX./MÍNIM.	AFASTAMENTOS			ÍNDICES				GABARITO (11)	VAGAS DA GARAGEM (12)
				FRONTAL-R (4)	LATERAL-L (5)	DE FUNDO-F (6)	DE OCUPAÇÃO P/ SECÇÃO TRANS-VERSAL (7)	DE OCUPAÇÃO (8)	DE PERMEABILIZAÇÃO (9)	DE APROVEITAMENTO (10)		
UNIDADE	M²	M		M	M	M					M	
SIGLA	LÍMITE	MÍNIMA	MÍNIMA	MÁXIMA	MÍNIMO	MÍNIMO	MÁXIMO	MÁXIMO	MÍNIMO	MÁXIMO	MÁXIMO	MÍNIMO
M8A	250	5	—	0	0 Livre após 6,00m da testada do lote	—	1,00*	0,60	0,20	1,80	10	
M9A	250	12	4	5	1,5	2	0,75	0,50	0,20	2,50	10	
M9B	250	12	4	5	1,5	2	0,75	0,50	0,20	2,50	19	
M10	250	12	4	5	1,5	2	0,75	0,50	0,20	2,00	22	
M11A	600	15	5	5	2	5	0,70	0,50	0,20	3,00	19	

Fonte: PLANO DIRETOR DE BELÉM, 2008.

3. ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem metodológica empregada para o desenvolvimento do trabalho de inserção de moradia em edificação de renovação arquitetônica no CHB contemplou as etapas a seguir:

3.1 Pesquisa teórica e histórica

Pesquisa sobre o referencial teórico, documental e legislativo para subsidiar o projeto com base na história da edificação, leitura e contextualização urbanística e arquitetônica e de referenciais teóricos de reabilitação urbanística e de habitação de moradia popular e/ou interesse social e a inserção de edificações em áreas históricas.

3.2. Leitura e conhecimento do objeto e de seu contexto urbanístico e normas legais e urbanísticas

Corresponde ao levantamento da edificação/lote e do entorno urbanístico onde está inserido por meio de levantamento fotográfico tanto da edificação quanto do entorno imediato. Serão analisados e aplicados os limites normativos legais para edificações.

3.3 Elaboração do Projeto Arquitetônico

Com base nas etapas anteriores será realizada a proposta de projeto de inserção de habitação em edificação de renovação arquitetônica compatível com a área histórica em que está inserida no CHB, sendo a proposta ser elaborada com o auxílio do programa AutoCad e a modelagem tridimensional nos programas SketchUp e Blender. Ao fim será produzido os desenhos técnicos referentes ao projeto, com plantas baixas, vistas, cortes, detalhamentos, implantação e situação, plantas de cobertura. Juntamente serão feitos os documentos de Memoriais Descritivos e Justificativos.

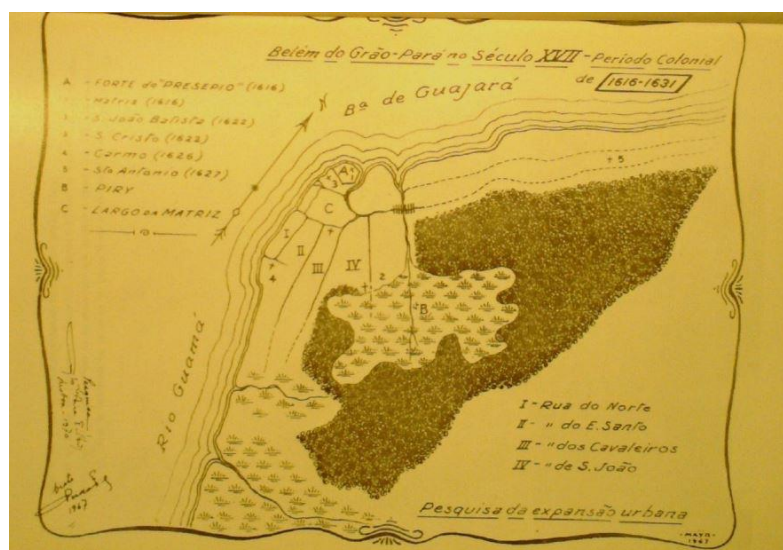
4. LEITURA E INTERPRETAÇÃO DO OBJETO E SEU ENTORNO

4.1- Evolução urbana de Belém e na área

Se mostra necessário, a fim de caracterizar a área do projeto, tratar de sua evolução histórica no contexto da cidade de Belém, procurando compreender como se deram as características hoje observadas no local, e como estas se relacionam com a evolução urbana da cidade.

A fundação de Belém ocorre em 12 de janeiro de 1616, com a chegada dos portugueses nas margens da baía do Guajará, no local hoje conhecido como Forte do Presépio, com o intuito de defender a região. (CRUZ, 1973). A área de ocupação era delimitada pela Baía do Guajará e pelo Rio Guamá e, segundo Cruz; por um igarapé longo e tortuoso chamado de Piry. A figura 5 mostra a organização do assentamento nesse período.

Figura 5: Estudo sobre os primeiros anos do assentamento do que viria a ser Belém.



Fonte: Meira Filho, 1976.

Na primeira metade do século XVII, a área ocupada já havia crescido para o sul devido a ocupação religiosa e ao norte devido a ocupação de colonos (Cruz, 1973). Nesse período já existiam construções religiosas importantes, como o Convento e a Igreja

de Nossa Senhora do Carmo, a Igreja e o Convento de Nossa Senhora das Mercês. Já no fim da segunda metade do século XVII Belém se dividia em dois núcleos urbanos, o primeiro compreendia o bairro da Cidade (hoje Cidade Velha) e a segunda o bairro da Campina (Cruz, 1973). Já estavam alocados nessa época a Alfandega, o Forte de São Pedro Nolasco, a Igreja de Santo Alexandre e o posto comercial chamado de Ver-o-Peso.

Segundo Soares (2009), com a construção do conjunto do convento-capela da Ordem da Convenção dos Cativos, que posteriormente veio a ser conhecidos como Mercedários, em 1640, foi aberto um largo que se denominou de Largo das Mercês, hoje conhecida como Praça Visconde do Rio Branco, local onde hoje se encontra o local do projeto.

Com a ascensão de Marquês de Pombal em 1750, Belém passou a ser um centro importante de ações políticas, administrativas, financeiras e comerciais da região. O irmão do Marquês, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, assume o cargo de Governador e Capitão General do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1751, e recebe a tarefa de demarcar os limites das regiões de Portugal e da Espanha.

Nessa empreitada, em meio a vários engenheiros geógrafos e desenhistas surge a figura do arquiteto Antônio Jose Landi, que passou a trabalhar em Belém após o insucesso da demarcação. A importância da obra que Landi exercesse na cidade é notável, tendo projetado tantos edifícios públicos quanto religiosos, como a reconstrução do Palácio da Residência, o desenho e restauro da Igreja de Nossa Senhora dos Mercês, o desenho da Igreja de Nossa Senhora de Santana, dentre outros.

Segundo Cruz:

a cidade de Belém chega ao final do século XVIII estendendo-se em comprimento da Igreja do Carmo até a igreja de Santo Antônio, e em largura saindo da área da praia até as proximidades do que hoje é o largo da trindade. Segundo o mesmo a cidade cresce bastante na virada do século, devido ao seu aumento de área edificável (Cruz, 1973, pág. 33, volume 2).

Vale mencionar que Belém no século XIX foi marcada por conflitos políticos e sociais, que no fim levaram para a revolta da Cabanagem, em 6 de janeiro de 1835, um

movimento que lutou pela independência política da região do Grão-Pará. Dentre os líderes importantes do movimento tínhamos Félix Clemente Malcher, Antônio Vinagre, Francisco Pedro Vinagre, Eduardo Angelim. O movimento teve o início de seu fim em 1836 quando fora preso Eduardo Angelim (Cruz, 1973)

De acordo com o relatado por Cruz, Belém no século XIX, devido a um desenvolvimento do comercio por decorrência a importância da borracha no cenário internacional, recebeu obras com objetivo de melhorar seus aspectos urbanos. Cabe citar alguns, como: obras de calçamento e de iluminação das vias públicas: a conclusão do cais em frente a cidade: a criação do cemitério hoje conhecido como Soledade: a construção do Teatro da Paz; a criação do Bosque Municipal, hoje Bosque Rodrigue Alves

Na virada do século, com a comoção política da independência brasileira, surge a figura de Antônio José de Lemos, que foi Intendente de Belém nos anos 1897 a 1911. Na sua gestão Belém avança mais ainda na melhoria de qualidade urbana. Melhorou e construiu várias ruas; investiu em redes de esgoto; trouxe a iluminação pública elétrica para Belém, bem como os bondes elétricos; prezou pela arborização de vias e praças, trazendo para a cidade as famosas mangueiras.

Já por volta de 1913, inicia-se o declínio da exportação da borracha. Segundo o anuário de Belém feito em 2020, a cidade sofreu revezes, principalmente, no aspecto socioeconômico. A atividade comercial e industrial que aconteciam nos bairros da Campina e no do Reduto, respectivamente passaram a ser os principais geradores de renda.

Em decorrência da Segunda Guerra Mundial surge um novo ciclo de extração de látex na Amazônia. Os Estados Unidos passam a investir em Belém, ampliando a Base Aérea e construindo um aeroporto para dar suporte aos esquadrões aliados (BELEM, 2020). Neste período começa a ocorrer uma verticalização das áreas centrais.

Na década de 1950 observa-se a ocupação de áreas alagadas ou alagáveis próximas às áreas centrais da cidade. A necessidade da classe média em residir em

áreas próximas ao centro ocasionou o retalhamento de áreas internas das quadras, fazendo surgir vilas e passagens. A classe de baixa renda passa a ocupar locais mais distantes, como o bairro da Marambaia e do Souza.

Na década de 1960, construção de prédios com mais de cinco pavimentos alcançou os bairros vizinhos ao do Comércio, especialmente Batista Campos e Nazaré, onde moravam segmentos da população de alta e média renda. Na Cidade Velha e Reduto o processo de verticalização foi contido, em função do declínio comercial porque passavam essas áreas e da legislação de proteção do patrimônio construído ser restritiva a edificações em altura (Belém, 2020). Ainda na década de 1960, foram criados grandes conjuntos habitacionais horizontais em áreas periféricas afastadas do centro, devido a disponibilidade de grandes terrenos a preços mais baixos.

Nos anos 70, o crescimento populacional continua elevado e com grande parte da população ainda nas áreas centrais. A população de baixa renda continua se movendo cada vez mais para os locais mais afastados ou para as baixadas, abrindo caminho para a especulação imobiliária. Essa organização pouco muda nos anos 80, mas ocorre um crescimento de conjuntos habitacionais e ocupações irregulares na periferia.

Na década de 90, Belém já se encontra conurbada com o município de Ananindeua e com o distrito de Icoaraci (Belém, 2020). É nessa década também que são elaborados os dispositivos legais do Plano Diretor do Município de Belém, em 1993. Em 1994 é criada a lei de proteção do patrimônio de Belém, delimitando a área do centro histórico e regulamentando seus usos e ocupações. Em 1999, entra em vigor a Lei Complementar de Controle Urbanístico, como um instrumento da política de desenvolvimento urbano do Município. Já em 2008 é instituído um novo Plano Diretor.

Atualmente no bairro da Campina, onde se localiza a área do projeto, há uma gama de edificações abandonadas ou subaproveitadas. Segundo dados divulgados pelo IBGE, no censo de 2022, há na região belenense mais de 70 mil domicílios vagos. Essas características já eram observadas pelo governo da região, que desde a delimitação do centro histórico propunha ações para a recuperação do local. Após intervenções no Palácio Antônio Lemos, na Igreja de Santo Alexandre e no complexo “Feliz Lusitânia”, no

bairro da Cidade Velha, houve a reestruturação urbana no bairro da Campina dos antigos galpões do porto, visando a criação de um complexo de restaurantes e lojas. Isso também marcou a revitalização da feira do Ver-o-Peso.

Segundo publicação do Instituto Polis (2009), no entanto esse foco em revitalizações não se converteu em ações concretas visando ações habitacionais, como ocorreu com o turismo, com a maioria não saindo da fase de planejamento.

Observa-se então como características vistas na área do Centro Histórico e arredores. Este atualmente possui uma grande gama de edificações e terrenos com claros problemas de preservação e abandono, derivadas de políticas urbanas que incentivaram ocupações, sejam habitacionais ou de serviços, para as áreas dos novos eixos estabelecidos. A área se estabelece como um grande centro de comércio e serviços, mas sem a característica habitacional, mesmo possuindo um caráter popular. Seu caráter comercial atual deriva de seu contexto histórico como a localização inicial do primeiro assentamento na região, e fortalecido por ser uma área próxima à antiga zona portuária estabelecida historicamente.

4.2 Localização e contextualização da edificação

A edificação escolhida situa-se no bairro da Campina, especificamente localizada na Rua Conselheiro João Alfredo esquina com a Travessa Frutuoso Guimarães. Pela sua localização, tem relação direta com a, conhecida também como Praça das Mercês (Figura 6).

Em seu entorno imediato é possível destacar a presença da Praça Visconde do Rio Branco das Mercês, em frente a edificação, bem como a Igreja e Convento de Nossa Senhora das Mercês, atualmente utilizado pela Universidade Federal (UFPA).

As ruas delimitadoras do lote possuem forte caráter comercial, com praticamente todas as edificações ocupadas por algum estabelecimento do tipo, além de seus leitos carroçáveis e caçadas, ocupados por muitos pontos de comércio informal. A praça em

frente ao local também possui caráter comercial, com suas laterais sudoeste e sudeste também ocupados por estruturas de comércio de rua.

Figura 6 Localização do edifício (em vermelho) e seu entorno.



Fonte: Google, 2025.

O espaço físico existente do edifício possui uma tipologia de térreo mais três pavimentos, sendo o pavimento térreo totalmente destinado ao uso comercial. Os pavimentos superiores encontram-se desocupados e em claro abandono, com ausência de janelas e fechamentos em tijolos para impedir a entrada de chuvas e uma maior danificação da construção.

Figura 7 Vista do edifício a partir das esquinas da Tv. Frutuoso Guimarães e Rua Conselheiro João Alfredo.



Fonte: Google, 2025.

Figura 8 Exemplo da ocupação comercial no térreo da edificação.



Fonte: Ícaro Strauss, 2019.

Figura 9 Exemplo do estado da edificação. Sem vidros em várias janelas e com a presença de paredes em alvenaria para impedir a entrada de chuva em algumas aberturas.



Fonte: Ícaro Strauss, 2019.

Figura 10: Elevação da rua João Alfredo, entre Tv. Campos Sales e Tv. Frutuoso Gimarães.



Fonte: Projeto Via dos Mercadores, Prefeitura de Belém.: FUMBEL, DEPH, 1997.

O local do edifício foi por muito tempo a loja principal de uma famosa rede de calçados chamada de Carrapatoso. Na figura 10 é possível ver que o edifício ainda pertencia a eles no ano de 1997.

Na área do entorno destacam-se a presença de pontos turísticos marcantes, como complexo Estação das Docas, as ruínas do Forte São Pedro Nolasco e da Feira e Complexo do Ver-o-Peso incluindo os Mercados de Ferro (Peixe) e Bolonha (Carne).

Além destes é possível citar toda a gama de serviços presentes no local, com uma variedade de bancos, comércio a preço popular, a facilidade de se locomover devido à grande presença de linhas de ônibus, dentre outros.

Analisando a edificação é possível tecer críticas sobre sua inserção e sua relação imagética com o centro histórico.

Figura 11: Elevação observável a partir da Travessa Frutuoso Guimarães.



Fonte: IPHAN, 2009.

Segundo Kohlsdorf (1996) ao analisar fachadas devemos compreender que estas se relacionam com as das edificações vizinhas, contíguas ou não, e por isso é importante observar como a composição da fachada se relaciona ao todo. Ao observar as edificações vizinhas imediatas do local de estudo e a volumetria formada pelas fachadas que delimitam a praça Frei do Rio Branco, podemos identificar como a edificação pouco se harmoniza com o entorno.

A Figura 11 demonstra a elevação observável a partir da praça e as imagens 12 a 14 mostram as outras fachadas a partir da perspectiva da praça.

Pode-se apontar aqui elementos como suas aberturas, que possuem proporções bem mais largas que o entorno e que marcam verticalmente o edifício, se diferenciando bastante da vizinhança. O ritmo mais compassado presente no entorno também se perde quando observamos a edificação. Há uma utilização de volumetrias que trazem um peso visual para a fachada, como beirais em concreto, formas octogonais em pedra e 6 grandes tubulações dessas mesmas formas octogonais, além da sua utilização de materiais em pedra por toda a fachada e seus grandes vidros reflexivos.

Figura 12: Elevação observável a partir da lateral sem vias da Praça.



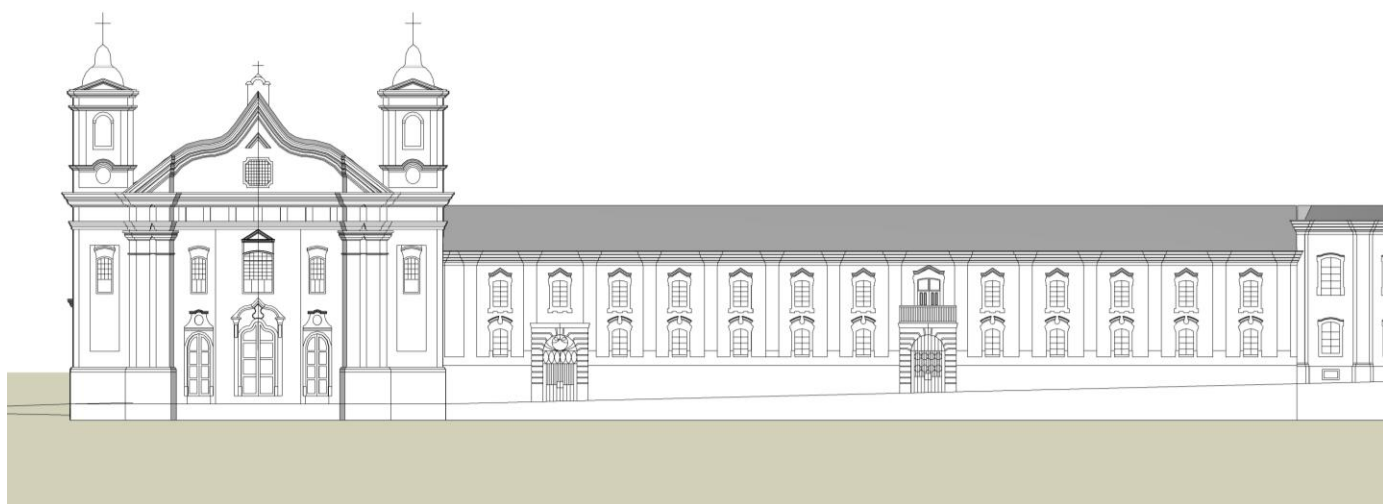
Fonte: IPHAN, 2009.

Figura 13: Elevação observável a partir da Rua Conselheiro João Alfredo.



Fonte: IPHAN, 2009.

Figura 14: Elevação observável a partir da Rua Gaspar Viana.



Fonte: IPHAN, 2009.

5. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

5.1. Programa de Necessidades

O programa de necessidades foi elaborado com base nos princípios de simplicidade, funcionalidade e racionalidade espacial, priorizando ambientes essenciais para a habitação contemporânea em contexto urbano consolidado. A combinação desses espaços permite a configuração de diferentes tipologias habitacionais, capazes de atender a variados perfis de moradores, conforme apresentado nas etapas posteriores do projeto.

Os pontos comerciais também foram concebidos a partir de um programa básico e flexível, possibilitando a adaptação a distintos tipos de atividades compatíveis com o contexto urbano, sem comprometer a funcionalidade ou a autonomia de uso.

Tabela 1: Programa de necessidades

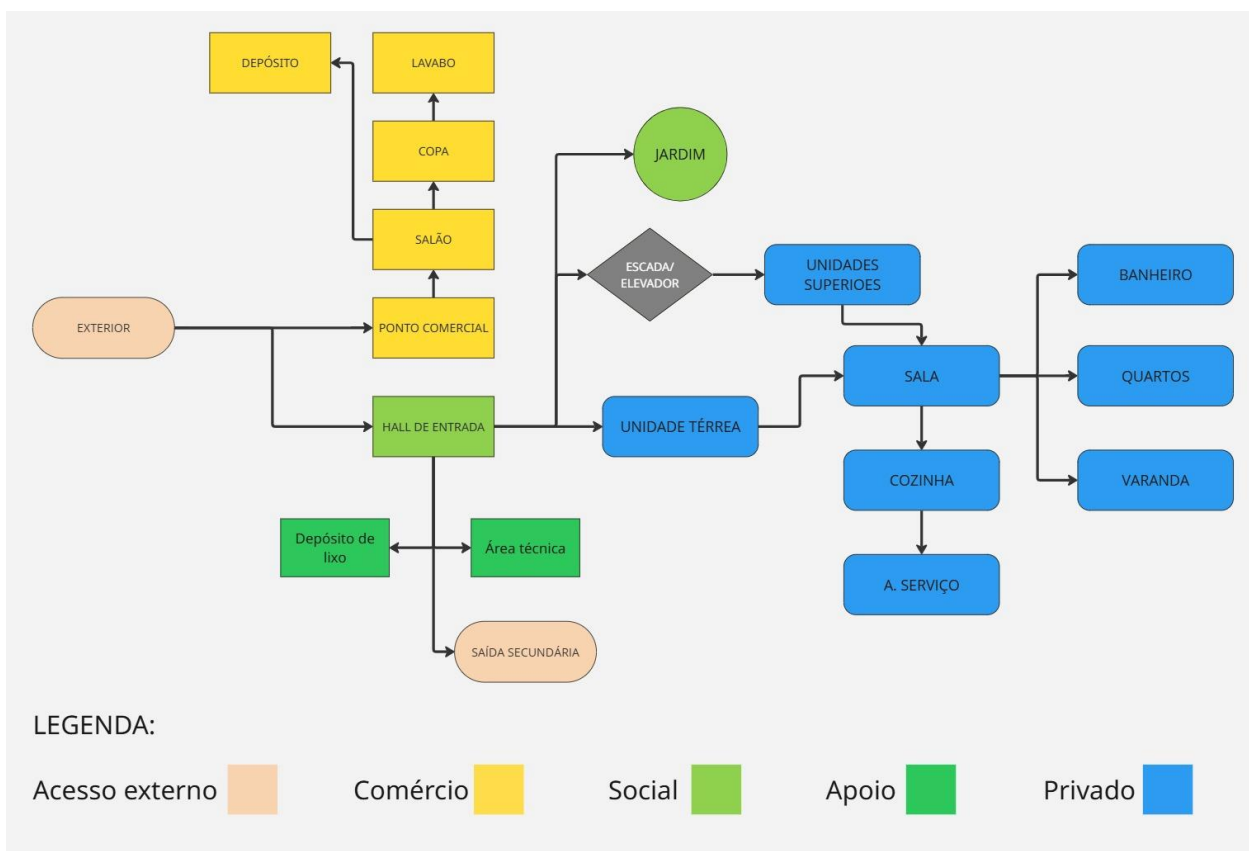
Unidades Habitacionais		
AMBIENTES	AREAS	MOBILIÁRIOS
Sala -	13,05 m ²	Sofá, poltronas, armários, rack de TV, mesas de centro
Dormitório de casal -	9,55 m ²	Cama de casal, armários
Dormitório para 1 ou 2 pessoas -	9,55 m ²	1 ou 2 camas de solteiro, armário, mesa de estudo
Cozinha e A. Serviço -	8,96 m ²	Fogão, bancadas, pia, tanque, máquina de lavar
Banheiro -	3,18 m ²	Bancada com pia, vaso sanitário, box
Pontos Comerciais		
AMBIENTES	AREAS	MOBILIÁRIOS
Salão -	55,00 m ²	Expositores, prateleiras
Depósito -	4,72 m ²	Prateleiras
Lavabo -	2,31 m ²	Bancada com pia, vaso sanitário
Copa -	8,30 m ²	Bancada, mesa e cadeiras

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2. Fluxograma

O fluxograma (Figura 15) apresentado sintetiza a organização funcional da edificação e as relações entre seus diferentes setores, evidenciando a hierarquia de acessos e a distribuição dos fluxos internos. O projeto prioriza a clara separação entre os usos comercial e residencial, de modo a preservar a privacidade das unidades habitacionais e evitar conflitos de circulação.

Figura 15 : Fluxograma de projeto de edificação de uso misto, comercial e habitacional.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A área comercial possui acesso exclusivo pelo exterior, funcionando de forma independente do restante da edificação. Essa solução permite o funcionamento autônomo das atividades comerciais, sem interferir na dinâmica residencial.

O hall de entrada constitui o principal elemento de distribuição interna, articulando os fluxos verticais e horizontais. A partir desse espaço organizador, estabelecem-se os acessos às áreas técnicas, aos ambientes de apoio e à área social coletiva, representada pelo jardim. O núcleo de circulação vertical — escada e elevador — conecta o pavimento térreo às unidades superiores, garantindo continuidade e legibilidade espacial.

As unidades habitacionais seguem uma hierarquia funcional clara, na qual a sala de estar atua como núcleo organizador do espaço doméstico. A partir dela distribuem-se os demais ambientes privados, como quartos e banheiro, além da conexão com a varanda. A cozinha estabelece relação direta com a área de serviço, formando um setor funcional próprio, associado às atividades domésticas.

Essa organização espacial evidencia a separação entre as zonas social, de serviço e íntima no interior das unidades, ao mesmo tempo em que garante fluidez na circulação e racionalidade no uso dos espaços.

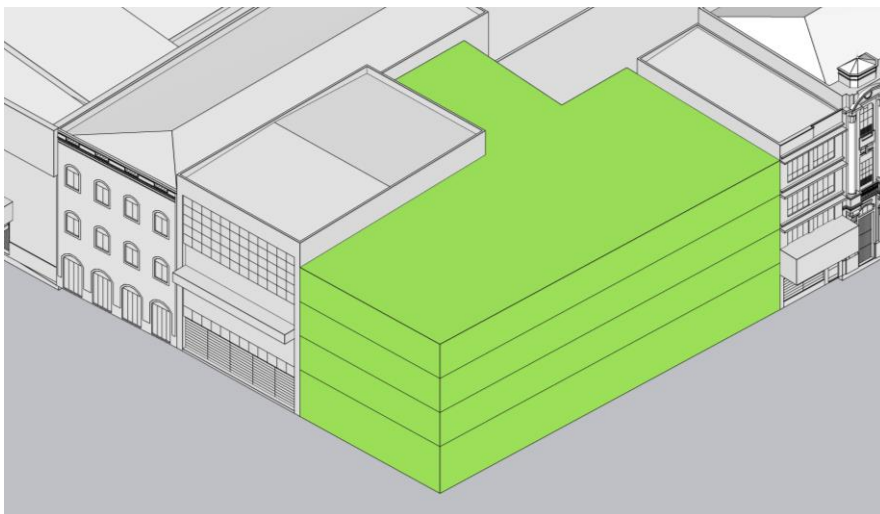
5.2. Memorial Justificativo do Projeto

O princípio do projeto foi a necessidade de buscar uma proposta que se integrasse de forma mais harmônica com o entorno histórico sem perder a sua linguagem de projeto um contemporâneo e sem cair num falso histórico. A edificação atual possui diversas características já citadas que a colocam em divergência com os seus arredores.

Sendo assim, na volumetria do edifício proposto, pensou-se primeiramente em continuar com o alinhamento frontal dos edifícios adjacentes, rentes a calçada e continuar com uma altura de pavimentos compatíveis com o entorno. A isso, então, se deve a decisão de criar uma construção com 3 pavimentos + térreo, com o térreo com um pé direito ligeiramente superior. Isso vai contra a legislação vigente, mas tais mudanças se mostram necessárias para criar uma harmonia melhor para com o entorno.

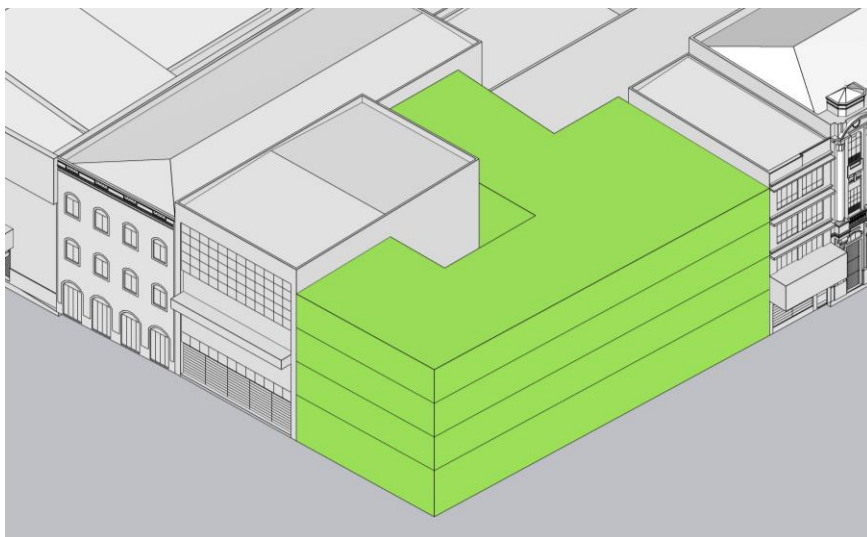
Como forma de criar um espaço de convívio e lazer, utilizou-se de um vazio na parte mais interna do lote, possibilitando a criação de um jardim com grande espaço para vegetação (Figuras 16 e 17).

Figura 16: Volumetria base



Fonte: Elaborado pelo autor.

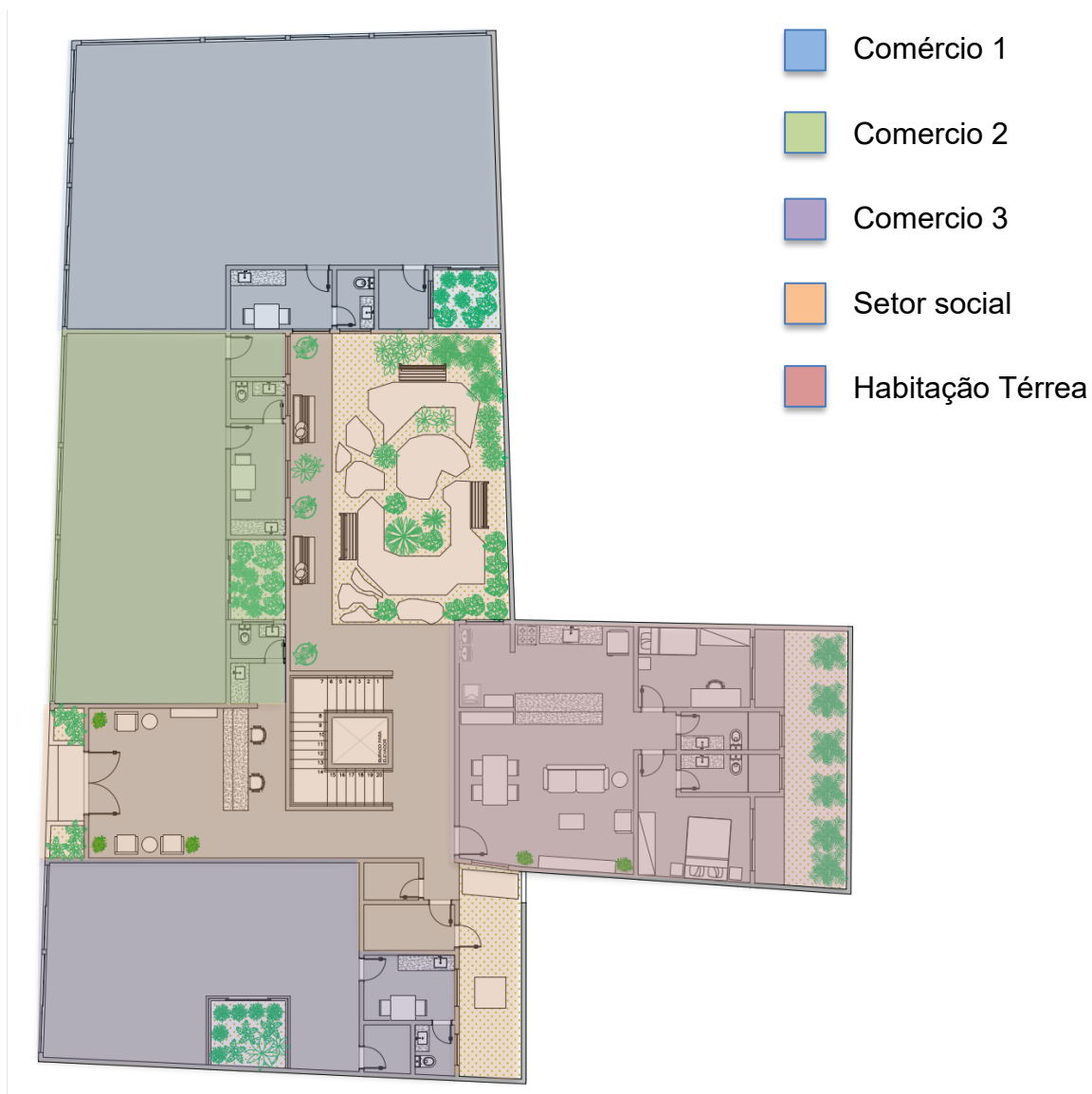
Figura 17: Volumetria com espaço para jardim aberto.



Fonte: Elaborado pelo autor.

O pavimento térreo (Figura 18) organiza-se a partir da distinção clara entre usos comerciais e residenciais, estratégia que busca compatibilizar a dinâmica urbana do centro histórico de Belém com a preservação da privacidade habitacional.

Figura 18: Layout do pavimento térreo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas porções do lote voltadas para as vias públicas concentram-se os espaços comerciais, configurados como ambientes amplos e de acesso direto pelo exterior, favorecendo a integração com o fluxo de pedestres e com as atividades características do centro histórico. Essa implantação reforça a ativação da fachada urbana e contribui para a vitalidade do espaço público.

O setor residencial localiza-se na porção interna do lote, protegido do movimento intenso das ruas. Nesse núcleo encontram-se o hall de acesso ao edifício, o sistema de circulação vertical (escada e elevador), os ambientes de apoio e o acesso ao jardim interno, concebido como espaço coletivo de convivência e iluminação natural.

Ainda no pavimento térreo situa-se uma unidade habitacional com dois dormitórios, organizada a partir de uma área social integrada — sala e cozinha — conectada às áreas externas privativas. Os ambientes íntimos, como quartos e banheiro, dispõem-se de forma mais resguardada, garantindo conforto e privacidade aos moradores.

Essa configuração espacial estabelece uma transição gradual entre o domínio público e o privado, articulando comércio, áreas comuns e habitação de maneira funcional e coerente com o contexto urbano.

Nos pavimentos superiores (Figura 19) concentram-se as unidades habitacionais, organizadas a partir de diferentes tipologias, com o objetivo de atender a perfis variados de moradores e otimizar o aproveitamento do lote. A distribuição das unidades ocorre ao longo das circulações comuns, conectadas ao núcleo vertical de escada e elevador.

Figura 19: Layout dos pavimentos tipo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre as tipologias propostas destacam-se dois estúdios (habitações 4 e 6), caracterizados por planta compacta e integrada, na qual os ambientes de estar, dormir e cozinhar compartilham um único espaço, complementado por banheiro independente. Essas unidades destinam-se preferencialmente a ocupação individual visando um

mercado de habitação social, sendo que uma delas dispõe de varanda privativa, enquanto a outra não possui espaço externo.

Há também unidades de um dormitório (habitação 5), compostas por sala e cozinha integradas, com área social mais ampla em relação aos estúdios, além de varanda, proporcionando maior conforto espacial e ventilação natural.

As unidades de dois dormitórios (habitações 1, 2, 3, 7) apresentam maior metragem e organização funcional mais definida, sendo pensadas para o mercado popular, com separação entre áreas social, íntima e de serviço. Observam-se variações na dimensão das salas e cozinhas, permitindo diversidade tipológica sem comprometer a racionalidade construtiva.

Nas habitações voltadas para a fachada e as com varanda é possível expandir áreas como quartos e salas utilizando a área da varanda, o que ficaria a cargo do morador.

As circulações de acesso às unidades foram concebidas não apenas como espaços de passagem, mas como áreas de convivência coletiva. Ao longo desses percursos foram inseridos pontos de permanência com assentos e jardineiras, contribuindo para a qualificação ambiental, a humanização do espaço e a promoção de interações entre os moradores.

Essa estratégia reforça a ideia de habitação coletiva integrada, conciliando privacidade das unidades com espaços compartilhados que estimulam a vida comunitária.

A fachada expressa a organização interna da edificação, configurando-se como continuidade da lógica arquitetônica adotada no projeto. Sua composição é marcada pelo jogo entre cheios e vazios, resultante das varandas das unidades habitacionais, que conferem profundidade, sombreamento e dinamismo ao plano frontal.

A paleta cromática empregada inspira-se nas tonalidades características do Centro Histórico de Belém, contribuindo para a integração visual do edifício ao contexto urbano sem recorrer à mimetização formal da arquitetura histórica. As cores também

auxiliam na leitura volumétrica da fachada, destacando os diferentes módulos habitacionais.

O ritmo compositivo é definido pela repetição ordenada das aberturas — varandas e janelas — associadas à modulação estrutural das unidades. Esse ritmo é pontualmente interrompido por elementos verticais que delimitam os três espaços comerciais no pavimento térreo e enfatizam o acesso principal ao interior da edificação e ao conjunto residencial.

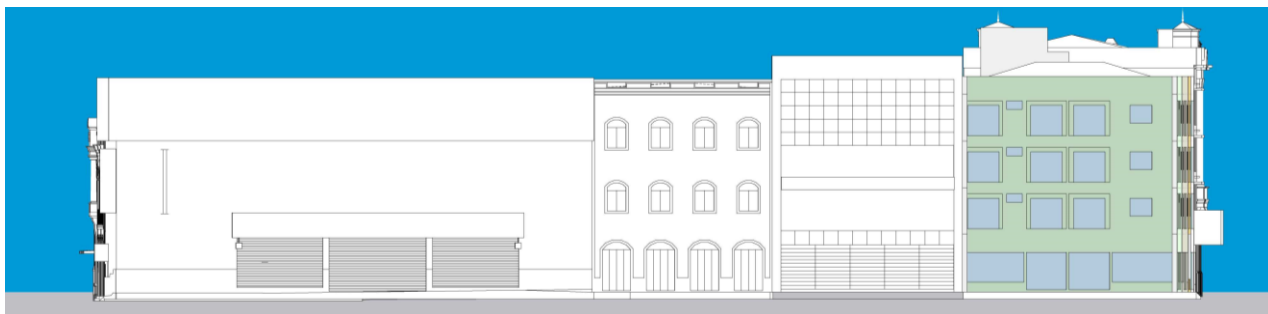
Dessa forma, a fachada estabelece uma mediação entre a escala urbana e a doméstica, articulando transparência, permeabilidade visual e identidade contemporânea em diálogo com o entorno histórico.

Figura 20: Elevação a partir da Travessa Frutuoso Guimarães.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 21: Elevação a partir da rua Conselheiro João Alfredo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 22: Vista a partir da esquina.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 23: Vista a partir da Travessa Frutuoso Guimarães.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 24: Vista a partir da rua Conselheiro João Alfredo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 25: Renderização do jardim.



Fonte: Elaborado pelo autor.

5.3. Memorial Descritivo e Especificações Técnicas do Projeto

Para as fachadas foi escolhido as cores do catálogo de tintas da Coral, e como já dito, as escolhas se basearam na diversidade de cores encontradas no CBH. Elas são:

Figura 26 Tinta na cor Azul Céu, Coral

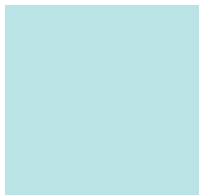


Figura 27 Tinta na cor Hortência Verde, Coral



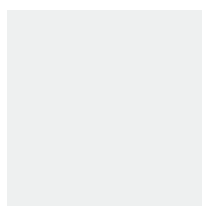
Figura 28 Tinta na cor Trigo Dourado,
Coral



Figura 29 Tinta na cor Névoa, Coral



Figura 30 Tinta na cor Branco Cru, Coral



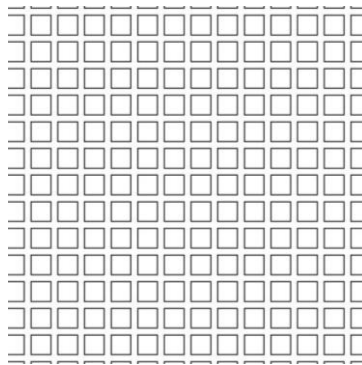
As esquadrias da fachada e as voltadas para o interior do edifício foram pensadas como materiais de PVC na cor Grafite Chumbo da marca Weiku, da linha Detec Color, seguindo as medidas estabelecidas nas plantas do projeto (Figura 31). Já os guarda-corpos são pensados em estrutura de alumínio da marca Bepex, na cor PBN-001 com a proteção de chapas de metal no design Hafeet 11.

Figura 31 Esquadria em PVC cinza escuro.



Fonte: Weiku (Disponível em: <https://weiku.com.br/produto/esquadrias-de-pvc-com-cores>)

Figura 32 Design escolhido para a chapa metálica.



Fonte: Bepex (Disponível em: <https://bepex.com.br/design/solaris/hafeet>)

Na área interna do prédio, no jardim, propõe-se um caminho com piso em cacões de Pedra São Tomé, com vegetação de ornamentação e bancos de madeira para o descanso.

Figura 33: Banco de Jardim Rendado 15 réguas madeira maciça.



(Disponível em: <https://www.canadabancosdejardim.com.br/bancos-para-jardim/banco-de-jardim-rendado>)

Figura 34: Cação São Tomé.



(Disponível em: <https://pedrasaotome.org/produtos/cacao-sao-tome/>)

Nas unidades habitacionais e nos pontos comerciais procurou-se materiais e revestimentos neutros e ecléticos para combinar com qualquer decoração. Os escolhidos para o piso foram:

Figura 35: Porcelanato esmaltado Portland HD Off White, Portinari, para as salas, cozinhas e áreas de serviço.

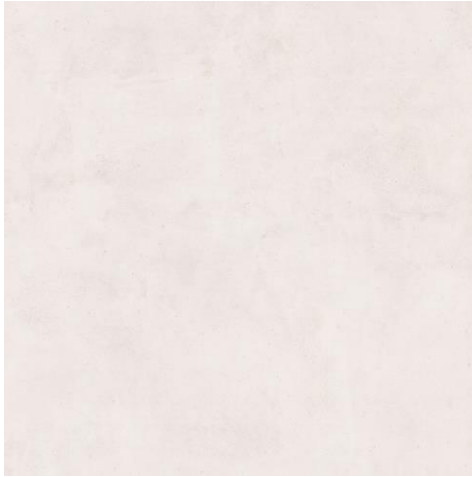


Figura 36 Porcelanato Esmaltado Bianco Nat, Portinari, para os banheiros e lavabos.

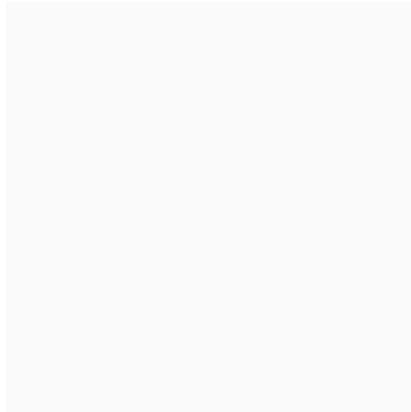


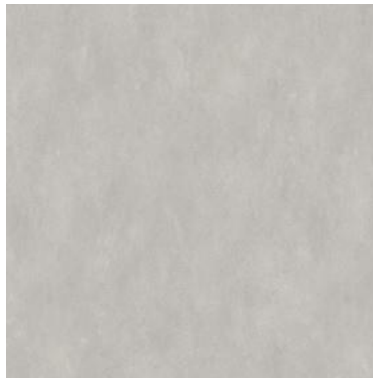
Figura 37 Porcelanato Esmaltado Downtown Sgr Hard, para varanda e sacadas.



Figura 38 Porcelanato Esmaltado York Sgr Bold, Portinari para os quartos.



Figura 39 Manta Vinílica Tarkett Linha Decode, Medium Gray, para as áreas de circulação, salões comerciais e o Hall de entrada do edifício.



Para as paredes internas foram escolhidos os seguintes revestimentos:

Figura 40 Tinta na cor Branco Cru, Coral, para todas as áreas internas sem revestimentos, como salas, quartos, varandas, etc.

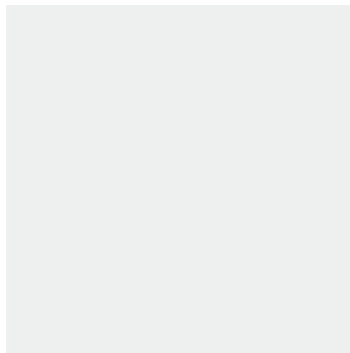


Figura 41 Porcelanato Esmaltado Bianco Nat, Portinari, **para banheiros e lavabos**

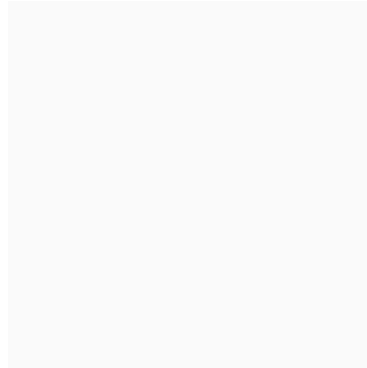
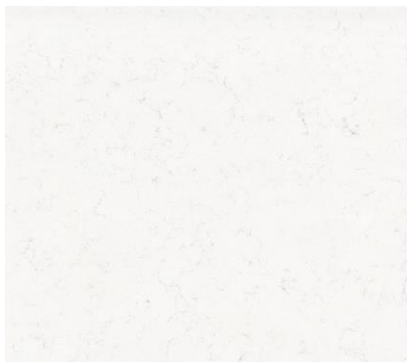


Figura 42 Porcelanato Esmaltado Loft Wh Bold, Portinari, **para as cozinhas e áreas de serviço.**



Para bancadas foi pensado a pedra de quartzo Silestone Miami Vena:

Figura 43: Silestone Miami Vena



Para a iluminação das unidades habitacionais foi escolhido uma combinação de luminárias de sobrepor com luzes quentes e neutras, para espaços de descanso e de trabalho respectivamente:

Figura 44: Painei LED Lux de Sobrepor, nas versões 3000K, 4000K e 6000K, Taschibra.

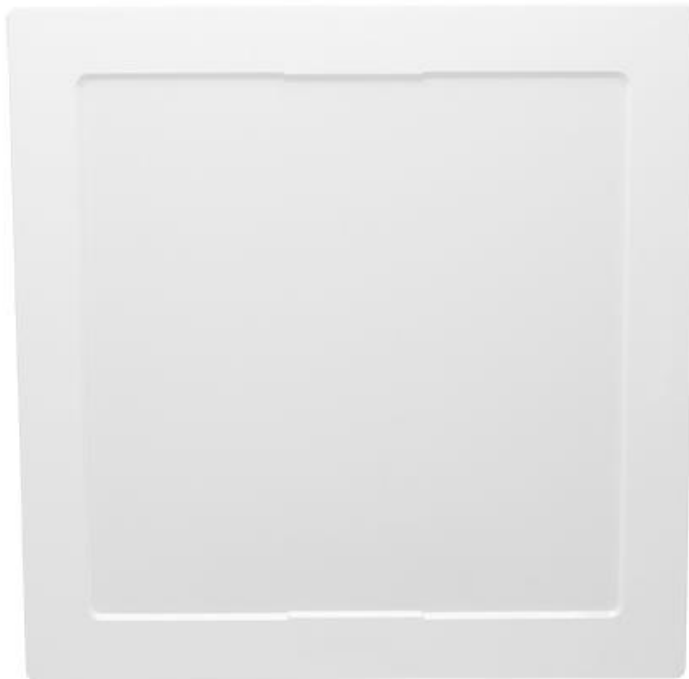


Figura 45: Luminária Led de Sobrepor Valencia Branco, 4000k, Tualux.



Para os salões comerciais foi escolhida uma luminária com cor neutra de 4000k:

Figura 46: Painel Led Lys de Embutir, 4000k, Taschibra.



Para a iluminação do jardim se utilizou uma combinação de postes de iluminação e spots de espeto:

Figura 47: Poste Para Jardim PE2102, Felluz.



Figura 48: Poste Para Jardim PE2760, Felluz.

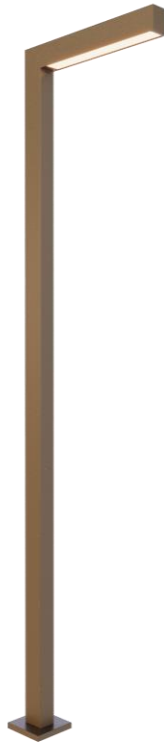


Figura 49: Luminária De Espeto Focco, Stella.



5.4. Pranchas Técnicas de Projeto

O projeto arquitetônico conta com as seguintes pranchas:

- Planta de Locação e Situação;
- Planta baixa;
- Planta de layout;
- Planta de cobertura;
- Planta de forro e pontos elétricos;
- Planta de paginação;
- Cortes 1, 2 e 3;
- Vistas 1 e 2;
- Imagens 3D das Fachadas.

Elas estão anexadas no volume 2 do estudo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Histórico de Belém mantém significativa vitalidade no contexto urbano contemporâneo, apesar dos processos de degradação física, esvaziamento residencial e insuficiência de políticas contínuas de conservação e manutenção. Tal condição evidencia, simultaneamente, sua fragilidade e seu potencial, indicando a importância de estratégias que valorizem sua ocupação qualificada e sua função social na cidade.

O presente trabalho partiu do entendimento de que a essência da cidade reside em seus habitantes e nas relações que estes estabelecem com o espaço urbano. Nesse sentido, a provisão de moradia digna em áreas centrais consolidadas configura-se como instrumento fundamental para a reativação urbana, contribuindo não apenas para o adensamento populacional, mas também para a segurança, a vitalidade econômica e a preservação do patrimônio cultural.

Mais do que oferecer unidades habitacionais, a proposta buscou articular habitação, convivência e qualificação ambiental, promovendo condições que favoreçam a permanência e o pertencimento dos moradores ao território. A inserção de uso misto, áreas coletivas e integração com o espaço público reforça a ideia de cidade viva, ativa e socialmente inclusiva.

O projeto constitui, portanto, uma tentativa de demonstrar que novas edificações podem dialogar de forma respeitosa com o contexto histórico, sem recorrer à reprodução estilística do passado nem impor soluções dissociadas do lugar. Ao adotar uma linguagem contemporânea sensível à escala urbana, à ambiência e às dinâmicas locais, busca-se contribuir para a construção de uma urbanidade mais equilibrada e digna para os habitantes.

Assim, reafirma-se a importância da arquitetura como agente transformador, capaz de conciliar preservação patrimonial, necessidades habitacionais e qualidade do ambiente urbano, colaborando para a construção de um Centro Histórico mais habitado, sustentável e socialmente integrado.

7. REFERÊNCIAS

- BELEM. **Anuário 2020: aspectos do município.** Disponível em: <https://anuario.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Aspectos-do-Municipio-1.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.
- BELÉM. **Lei Nº 8.655, de 30 de julho de 2008.** Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências. Diário Oficial Município de Belém. Belém, 2008.
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos.** Brasília, DF. Iphan / Programa Monumenta, 2010.
- BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional (IPHAN). **PAC - Cidades Históricas.** Brasília, 16 abril, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/novo-pac/pac-cidades-historicas>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa de Desenvolvimento Urbano - Pró-Cidades.** Brasília, [2026?]. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/desenvolvimento-urbano-e-metropolitano/programa-de-desenvolvimento-urbano-pro-cidades>. Acesso em: 17 jan. 2026
- BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Implementação de ações em áreas urbanas centrais e cidades históricas: manual de orientação.** Brasília, 2008.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Tradução de Teresa Castro. Lisboa: Edições 70, 2000.
- CRUZ, Ernesto. **História de Belém. v. 1.** Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- CRUZ, Ernesto. **História de Belém. v. 2.** Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019.** Belo Horizonte: FJP, 2021.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2015.** Belo Horizonte: FJP, 2018.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

MEIRA FILHO, A. **Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará: Fundação e História**. V. 1. 1ª Edição. Belém-PA: Grafisa Cia Gráfica e Editora Globo, 1976.

POLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Moradia é Central — Belém**. Belém, 2009. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/09/belem.pdf>. Acesso em: 6 out. 2025.

SOARES, Elizabeth Nelo. **Largos, corretos e praças de Belém — PA**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009.

VARGAS, Heliana; CASTILHO, Ana Lúcia H. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Manole, 2006.